

**REVISITAR POLANYI?
NOTAS SOBRE UMA TENTATIVA
DE ATUALIZAÇÃO CRÍTICA**

Amaro Fleck

Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina,
Bolsista CAPES

Natal, v. 21, n. 36
Jul.-Dez. 2014, p. 295-316

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109

Resumo: Desde o início da nova crise econômica mundial, em 2008, a obra de Karl Polanyi voltou a ganhar destaque e a ser debatida. O presente trabalho busca examinar em que medida a obra polanyiana contribui para esclarecer a crise hodierna e oferece possíveis soluções alternativas para ela. Tal discussão é feita, sobretudo, a partir da tentativa de atualização das teses de Polanyi empreendida por Nancy Fraser.

Palavras-chave: Karl Polanyi; Nancy Fraser; Teoria crítica; Crise; Capitalismo.

Abstract: Since the beginning of the new global economic crisis, in 2008, the work of Karl Polanyi returned to be prominent. This paper examines to what extent the polanyian work contributes to enlighten the contemporary crisis and offers possible solution for it. This discussion is made since, mainly, the attempt of update the Polanyi's thesis undertaken by Nancy Fraser.

Keywords: Karl Polanyi; Nancy Fraser; Critical theory; Crisis; Capitalism.

Hegel, em suas lições sobre a filosofia da história, diz que se algo aprendemos com a história é que nada com ela aprendemos (Cf. Hegel, 1980, p. 158). Com efeito, esta é uma das primeiras conclusões que aquele que toma novamente em mãos a obra-prima de Karl Polanyi, *A Grande transformação*, deve chegar. No ápice da segunda guerra mundial, o pensador austríaco de origem judia refugiado na Inglaterra escrevia uma obra que tinha por intuito desvendar “as origens políticas e econômicas de nossa época”, como diz o subtítulo de seu livro. E para desvendar as origens de sua época o autor fez uma longa análise da sociedade do século XIX, mais precisamente, da longa paz de cem anos que começa com o término das guerras napoleônicas, em 1815, e finda com o abrupto começo da Primeira Guerra Mundial, em 1914. Ele sustenta a tese de que tal sociedade é uma forma de ordenação social completamente *sui generis*, modelada sobre um ideal utópico impraticável que, se levado às últimas consequências, tende a desmantelar inteiramente o tecido social. A utopia em questão nada mais era do que a crença inabalável nas virtudes de um mercado autorregulado, um mecanismo social que, segundo seus defensores, devia ser deixado a salvo de quaisquer tentativas de interferência governamental. Apesar de ter levado a humanidade à beira da catástrofe (conforme nos relata Polanyi), tal ideal utópico voltou a ganhar força ao longo do século XX e passou novamente a modelar grande parte das sociedades ocidentais a partir do último quartel da “era dos extremos” (Cf. Hobsbawn, 1995), sendo uma das ideias centrais do assim chamado neoliberalismo¹. Por isso é pertinente a pergunta de se não é chegada a hora de revisitar as obras de Polanyi. Não conteriam elas as melhores precauções para não se repetir um experimento que quase levou a humanidade à falência?

No presente artigo pretendo discutir a pertinência contemporânea das análises de Polanyi. Para isso, parto de uma

¹ Hobsbawn enfatiza justamente este *revival* de um ideal que se demonstrou catastrófico no passado ao longo de sua história do “breve século XX”. Cf. Hobsbawn, 1995.

rápida apresentação do projeto teórico deste autor, aproximando-o deliberadamente da teoria crítica (I) para, a seguir, apresentar duas teses por ele defendidas que são, a meu ver, o cerne de sua teoria, a saber: a ideia de que a sociedade do século XIX se caracteriza por um desenraizamento ou desincrustação² da economia diante das outras esferas sociais (II); e que este desenraizamento é causado sobretudo pela mercantilização do trabalho, da terra e do dinheiro, três coisas que ele designa como “mercadorias fictícias” (III). Com isso em mãos, apresento uma tentativa bastante recente de atualização da teoria de Polanyi feita pela filósofa estadunidense Nancy Fraser (IV) para, na conclusão, traçar algumas críticas a esta tentativa e sugerir alternativas que pareçam mais fecundas para uma análise crítica da situação atual (V).

1. Polanyi, teórico crítico?

A fim de evitar qualquer mal-entendido, é bom frisar desde logo que Karl Polanyi não participou do Instituto de Investigações Sociais liderado por Max Horkheimer (que cunhou o termo “teoria crítica” na acepção aqui denotada). Salvo engano, nem os membros do Instituto tomaram conhecimento de seu trabalho teórico, nem Polanyi faz qualquer referência às análises feitas em tal Instituto. Destarte, tal aproximação é arbitrária, apesar das inúmeras convergências destas teorias. Na verdade, traço um paralelo entre Polanyi e os frankfurtianos porque é na corrente da teoria crítica, mais precisamente na obra recente de Fraser, que sua teoria será atualizada e é mesmo em tal corrente que, ao menos assim o creio, ela pode encontrar um espaço profícuo de reverberação. Feita esta ressalva, convém mostrar porque tal

² O termo em inglês, idioma adotado pelo autor, é *disembeddedness*. O mesmo tem sido traduzido ao português, geralmente, como desenraizamento ou como desincrustação (o segundo é mais exato, embora menos familiar). Machado (2010, p. 72) nota que “o autor não pretendeu introduzir deliberadamente um novo conceito, não revelando, aliás, uma grande preocupação em defini-lo explicitamente. Talvez por isso mesmo o conceito de (des)incrustação tem sido alvo de diversas interpretações contraditórias”.

aproximação, embora arbitrária, não é delirante. Em primeiro lugar, tanto Polanyi quanto os frankfurtianos criticam a sociedade capitalista por uma inversão: em vez de a produção servir ao homem, é o homem que é utilizado como um meio para o aumento da produção, para a obtenção do lucro. A consonância de suas críticas não é fruto do acaso: tanto Polanyi quanto os frankfurtianos foram influenciados pela obra do jovem Lukács (principalmente por sua obra *História e consciência de classe*) e, portanto, desenvolvem suas teorias em contato com versões heterodoxas do marxismo³. Mas mais do que uma semelhança no objeto da crítica e da própria crítica, há mesmo um projeto teórico muito parecido, se não mesmo comum, que os vincula. Tanto Polanyi quanto os frankfurtianos rechaçam o ideal de não valoração nas ciências sociais, fazendo um tipo de análise diretamente voltada para expectativas emancipatórias. As suas análises teóricas são, por conseguinte, sempre denúncias de injustiças e de uma situação causadora de sofrimentos que poderiam ser evitados. Ademais, há nos dois projetos teóricos uma contínua “desnaturalização” da situação existente, mostrando que nada há de inevitável e natural no sistema econômico existente, que este é fruto de mecanismos e instituições sociais que se desenvolveram ao longo da história e que podem ser transformados. Destarte, em ambos os casos trata-se de uma teoria

³ Polanyi, no entanto, se distancia cada vez mais de Marx, a quem vê, *grosso modo*, mais como um economista ricardiano do que, propriamente, como um crítico da economia política. Seu distanciamento de Marx não o leva a recusar o ideal socialista, pelo contrário, ele resgata a obra de Robert Owen, um socialista utópico, a quem tece inúmeras loas ao longo de *A Grande transformação*. Curiosamente, como notado por Jappe (2006, p. 230-6), na medida em que se afasta da obra de Marx, ou melhor, das interpretações usuais da teoria marxiana então vigentes, ele abre espaço para discussão de diversos aspectos da obra marxiana que foram menosprezados pelo marxismo tradicional, em especial para a excepcionalidade da civilização capitalista (outras semelhanças entre Marx e Polanyi são elencadas por Cangiani (2012), e uma discussão mais crítica, que defende a abordagem de Marx e critica as limitações da de Polanyi, pode ser encontrado em Godelier (1984)).

que tenta explicar a situação existente e, na medida em que faz isso, concomitantemente, criticar tal situação.

Por conseguinte, grande parte da obra de Polanyi é uma crítica dos economistas neoclássicos e de suas falácias economicistas, que consistem, sobretudo, em naturalizar o existente projetando as relações sociais mais modernas sobre o passado remoto (como faz, por exemplo, Adam Smith ao falar de uma propensão natural ao intercâmbio e à barganha; mas também toda a economia neoclássica ao adotar o modelo do *homo economicus*) (Cf. Polanyi, 2012, p. 47-61). Para desnaturalizar a economia de mercado Polanyi faz amplo uso das investigações antropológicas de autores como Malinowski, Thurnwald e, posteriormente, Mauss, que mostram formas de organização social cujo intercâmbio de produtos não é feito por meio de um mercado⁴. Destarte, ele adota uma forma de abordagem institucionalista que busca descrever as sociedades analisadas por meio do exame da interação de suas instituições políticas, econômicas, sociais e culturais.

2. A tese do desenraizamento

A análise da interação das instituições de cada sociedade faz Polanyi classificar alguns princípios que são utilizados para a produção e distribuição nas diferentes formas sociais. Ele elenca três princípios que são encontrados em distintas sociedades: a

⁴ Fernand Braudel critica o uso de tais abordagens: “por certo nada profibe que se introduza numa discussão sobre a ‘grande transformação’ do século XIX o *potlatch* ou o *kula* (em vez da organização mercantil muito diversificada dos séculos XVII e XVIII). É o mesmo que recorrer, a propósito das regras de casamento na Inglaterra no tempo da rainha Vitória, às explicações de Lévi-Strauss sobre os laços de parentesco” (Braudel, 1996, p. 195). No entanto, Braudel não percebe que Polanyi apresenta as explicações das trocas em sociedades arcaicas e primitivas muito mais com o intuito de oferecer contrapontos que mostrem a singularidade da organização social que lhe era contemporânea do que propriamente com a finalidade de explicá-la. Não percebe, igualmente, a função de crítica ideológica do discurso de Polanyi, que com tais exemplos refuta a tese de naturalidade e espontaneidade da economia de mercado, presente tanto nos economistas clássicos como nos neoclássicos.

reciprocidade, a redistribuição e a troca (Cf. Polanyi, 2012, p. 83-93)⁵. As duas primeiras formas têm por finalidade garantir a subsistência da comunidade. A reciprocidade consiste em uma forma bastante complexa de interação econômica na qual se oferece os melhores produtos ganhando, por isso, uma boa reputação. A redistribuição consiste na coleta de parte da produção por parte de um chefe ou de um mecanismo e pela posterior distribuição desta parcela (ou mesmo pelo seu consumo em festas e celebrações). É comum estas duas formas de interação coexistirem, como ocorre no caso dos nativos das ilhas Trobriand, na Melanésia Ocidental, estudados por Malinowski. Nestes dois primeiros casos, o mercado é ou inteiramente inexistente, ou ocupa um papel deveras secundário na organização social. As formações sociais baseadas nestes princípios não conhecem uma esfera da economia propriamente dita, um campo que seria regulado por suas próprias leis e que não estaria totalmente subordinado as suas instituições socioculturais. Isto só ocorre nas formações sociais baseadas na troca.

Exatamente por isso a sociedade do século XIX se apresenta como uma formação social completamente *sui generis*. Na verdade, não fica claro se Polanyi utiliza o termo “grande transformação”, que dá título ao livro, para mostrar o surgimento desta formação nos primórdios do século XIX ou, ao contrário, para designar o término dela na eclosão da Primeira Guerra Mundial. De qualquer forma, a tese por ele sustentada é que a formação social que surge neste período rompe com os modelos precedentes em que o intercâmbio econômico ou comercial está inserido, subordinado às regulamentações que regem a vida social. A esfera da economia ganha assim uma autonomia diante das demais esferas, de modo que se torna um mecanismo autômato que será designado por ele como “moinho satânico” (Cf. Polanyi, 2000, p. 51) ou “moinho

⁵ Em *A Grande transformação* Polanyi elenca um outro princípio, o da domesticidade, caso, por exemplo, da *oeconomia* grega, que “consiste na produção para uso próprio” (Polanyi, 2000, p. 73). Não fica claro porque Polanyi abandona este princípio em sua obra posterior.

cego”⁶ (Polanyi, 2012, p. 54). A partir de então, a produção não é mais feita com o intuito de garantir a subsistência da unidade produtora (como era o caso nas economias baseadas nos princípios da reciprocidade e da redistribuição), mas sim pela motivação do lucro por parte de uns, e pela ameaça da fome por parte de outros (Cf. Polanyi, 2000, p. 60; Polanyi, 2012, p. 54).

Esta tese tem levantado grande polêmica desde que passou a ser sustentada. Braudel, por exemplo, afirma que:

A noção de “mercado autorregulador” que nos é proposta [...] está relacionada com um gosto teológico pela definição. Esse mercado em que “só intervêm a procura, o custo da oferta e os preços, que resultam de um acordo recíproco”, na ausência de qualquer “elemento externo”, é uma criação da mente. É demasiado fácil batizar de econômica uma forma de troca e de social uma outra. Na realidade, todas as formas são econômicas, todas são sociais. [...] O controle dos preços, argumento essencial para negar o aparecimento, antes do século XIX, do “verdadeiro” mercado autorregulador, sempre existiu e continua a existir. (Braudel, 1996, p. 195; Braudel cita o livro de Polanyi e Arensberg, *Les systémes économiques*).

Braudel oferece, ao longo de sua monumental pesquisa, evidências suficientes para mostrar que, por mais desregulamentado que estivesse o mercado e a economia no século XIX, o mercado *totalmente* autorregulado nunca chegou, de fato, a existir. Na verdade, como ele bem nota, o mercado, entendido como mecanismo que define e equilibra os preços, já era uma instituição muito antiga quando surge a ideologia do livre mercado

⁶ “A ficção mercantil pôs o destino do ser humano e da natureza nas mãos de um autômato que operava em seus próprios circuitos e era regido por suas próprias leis. Esse instrumento do bem-estar material era controlado tão somente pelos incentivos da fome e dos ganhos – para ser mais exato, pelo medo de carecer das necessidades da vida e pela expectativa de lucro. Desde que os despossuídos pudessem satisfazer a necessidade de alimentos vendendo seu trabalho no mercado, e desde que os proprietários pudessem comprar por preços mais baratos e vender mais caro, o moinho cego produzia cada vez mais mercadorias em benefício da espécie humana. O medo da fome no trabalhador e a atração do lucro no empregador mantinham o vasto mecanismo em funcionamento” (Polanyi, 2012, p. 53-4).

e quando esta ganha força ao longo da Revolução industrial. Porém, apesar de concordar com tais críticas, creio que Braudel está equivocado ao afirmar que “todas as formas são econômicas, todas são sociais” e recusar, com isso, a tese do desenraizamento. Embora a instituição mercado seja antiga e o ideal de autorregulação nunca tenha se realizado, creio que a tese de Polanyi de que só com o capitalismo, mais precisamente com o “sistema de mercado” que surge posteriormente à Revolução industrial, a economia se desenraíze das demais esferas e ganhe autonomia é válida. Para defendê-la, no entanto, creio ser necessário fazer uma distinção de dois significados distintos que a tese do desenraizamento possui na obra de Polanyi, esclarecendo assim uma ambiguidade que, a meu ver, prejudica a inteira adoção de sua teoria.

Quando Polanyi fala de desenraizamento ele na verdade está sustentando duas afirmações distintas. Por um lado, uma economia desenraizada é aquela que não está sujeita às regulamentações exteriores; por outro, é aquela na qual o motivo da obtenção do lucro passa a ser o motivo predominante na produção, subordinando o motivo da subsistência⁷. Ambas as afirmações sugerem que a economia tenha autonomia: a primeira pela inexistência de impedimentos e obstáculos exteriores, a segunda por lhe garantir certa primazia diante das outras esferas sociais. Elas podem perfeitamente coexistirem, mas também uma pode estar em vigência sem a outra (mais precisamente: a segunda pode existir sem a primeira). O século XIX, justamente o foco principal de Polanyi em *A Grande transformação*, conheceu

⁷ Tal ambiguidade pode ser claramente vista em passagens como essa: “A característica fundamental do sistema econômico do século XIX foi sua separação institucional do resto da sociedade. Numa economia de mercado, a produção e a distribuição de bens materiais são efetuadas por meio de um sistema autorregulado de mercados, regido por leis próprias – as chamadas leis da oferta e da procura – e motivado, em última instância, por dois incentivos simples: o medo da fome e a esperança do lucro” (Polanyi, 2012, p. 95; grifos nossos).

provavelmente o ápice do livre-mercado⁸, e foi sem dúvida uma economia cujo móbil era a obtenção do lucro. Este motivo, talvez, tenha feito Polanyi confundir as duas características numa mesma definição. O século XX, porém, conheceu uma economia altamente regulada, ao menos durante o pós-guerra, sem que, com isso, a obtenção do lucro deixasse de ser a meta principal buscada na produção dos bens ou no fornecimento de serviços (salvo, claro, quando estes últimos eram estatizados – caso, normalmente, da educação básica e do atendimento de saúde). Seria coerente chamar tal economia de desenraizada? Minha sugestão é que, caso se adote o primeiro sentido, a resposta teria que ser negativa, e caso se adote o segundo, positiva⁹. Na verdade, isto toca num ponto atualmente crucial. O primeiro sentido serve para defender a regulamentação, portanto, a defesa de que a economia pode até

⁸ Como bem notam Silver e Arrighi (2003), o *revival* da doutrina do livre-mercado nas últimas décadas é muito mais retórico do que prático; a Grã-Bretanha, país hegemônico no século XIX, não só pregava o livre-comércio como realmente o praticava, embora ao fazer isso ficasse com as benesses resultantes sem ter que arcar com os ônus necessários a criação delas, ao passo que os Estados Unidos, país hegemônico no século XX, nunca se comprometeu realmente com o livre-comércio, nunca abandonou seu protecionismo, apesar de insistir para que os outros países o fizessem.

⁹ Machado (2010, p. 86) observa que quando escreve *A Grande transformação*, Polanyi “acredita estar a testemunhar, finalmente, o colapso da ‘civilização do século XIX’, ou seja o fim da sociedade assente no mercado autorregulado. Assim, o mercado autorregulado havia provado a sua incapacidade *prática* para organizar a vida das sociedades humanas. É do falhanço empírico do sistema capitalista (que, como sabemos hoje, não ocorreu de fato...) que deriva a ‘utopia’ (distopia), então desmentida pelos acontecimentos: não do fato de nunca ter existido um mercado autorregulado, mas do fato de a sua existência durante um período de tempo (relativamente) pequeno ter conduzido a humanidade à maior crise da sua história”. É preciso notar também que, embora tenha vivido até 1964, portanto, até um momento no qual o Estado de bem-estar social já estava bem assentado, Polanyi nunca chegou, salvo engano, a tratar da civilização do Século XX, em que capitalismo e regulamentação não são contrapostos, mas voltou o foco de seus estudos cada vez mais para as sociedades arcaicas e primitivas; tampouco indicou quais eram as limitações históricas de *A Grande transformação* e em que medida o colapso então descrito ocorreu ou não.

mesmo focar o lucro, desde que haja mecanismos que a obriguem a satisfazer minimamente também as necessidades mais prementes dos indivíduos. Esta não é uma crítica ao capitalismo enquanto tal, mas apenas à subespécie neoliberal. O segundo sentido, porém, diz que a economia deve estar subordinada às outras esferas, portanto, que as finalidades que ela almeja devem ser decididas por alguma instância exterior: a sugestão de Polanyi é que ela deve estar subordinada à democracia, isto é, ao desígnio consciente da unidade produtora, mas poderia ser o caso também de estar subordinada às instituições religiosas (como fora o caso, salvo engano, de boa parte da assim chamada Idade média) ou às instituições políticas (não necessariamente democráticas), ou mesmo às formas de parentesco. Nesta acepção, a crítica é claramente anticapitalista, abrangendo também as economias altamente regulamentadas que, não obstante, seguem sendo capitalistas¹⁰. Além disso, no primeiro sentido deve-se falar de uma contínua gradação que parte de formas totalmente desregulamentadas de interações econômicas até o oposto do espectro, uma sociedade plenamente regulada. Já no segundo, trata-se da primazia de uma motivação subjetiva (o lucro, a fome, a subsistência) ou da predominância da instituição (parentesco, política, economia, religião) na sociedade. É claro que também uma sociedade regida pelas relações de parentesco possui formas de interação econômicas, mas nelas, como bem mostra Polanyi, tais interações estão subordinadas à boa manutenção de tais relações de parentesco, e não o contrário, as relações de parentesco visando o bom funcionamento econômico. Agora é

¹⁰ Nesta acepção, aliás, ela coincide com a distinção feita por Marx entre as formas de produção que visam à obtenção de valor de uso e aquelas que visam a obtenção de valor de troca. Cangiani chega a afirmar que “a oposição enraizado/desenraizado, no sentido que lhe confere Polanyi, pode ser originalmente encontrado em Marx” (Cangiani, 2012, p. 21). Aliás, possui certa similaridade com a própria tese de Braudel de que a esfera do capitalismo, do antimercado, voltada unicamente para a obtenção do lucro, passa a controlar e dominar, com o desenvolvimento do capitalismo, sobretudo depois da Revolução industrial, a esfera da vida material, da economia elementar voltada para a subsistência.

preciso investigar o que, na visão de Polanyi, teria causado o desenraizamento da economia.

3. As três mercadorias fictícias: trabalho, terra, dinheiro.

Segundo Polanyi, a economia passa a estar desenraizada a partir do momento em que três “objetos” passam a ser considerados mercadorias como as demais, a saber: o trabalho, a terra e o dinheiro. Ele defende que nenhum destes objetos realmente é uma mercadoria, uma vez que nenhum deles foi feito para ser trocado. Tratar tais objetos como mercadorias e, portanto, sujeitá-los ao mecanismo da oferta-procura-preço significa justamente dar vida, autonomia, a um mecanismo que não é controlado, ou melhor, perder os controles sociais sobre o mecanismo que garante a própria subsistência da sociedade. A partir de então, na visão de Polanyi, está traçado o caminho para a desintegração social, a não ser que surja um contramovimento capaz de impedi-la. Efetivamente, é assim que ele vê os conflitos sociais que ocorrem ao longo do século XIX: por um lado, a classe burguesa, comerciante, defende a ascensão do mercado autorregulado, do livre-comércio, ao passo que, do outro, os trabalhadores e mesmo a nobreza fundiária lutam por formas de controles sobre o mercado que garantam ao menos resquícios de seguridade. Polanyi denomina este processo como “duplo movimento”: “o mercado se expandia continuamente, mas esse movimento era enfrentado por um contramovimento que cercava essa expansão em direções defindas” (Polanyi, 2000, p. 161).

No entanto, a ambiguidade constatada na tese do desenraizamento reaparece aqui. Uma coisa é dizer que trabalho, terra e dinheiro não podem ser mercadorias e, por conseguinte, que não deve haver um mercado em que tais objetos sejam negociados; outra, muito diferente, é falar que deve haver regulamentações em suas negociações. No segundo caso, prevalecente hoje em dia, há diversas cláusulas instituídas que impedem, por exemplo, que o salário (portanto, o pagamento pela mercadoria força de trabalho) seja inferior a certo patamar, mas

isto não significa, de modo algum, que este tenha deixado de ser considerado uma mercadoria e tratado como tal.

Ademais, há um problema subjacente à tese das mercadorias fictícias. Como bem observa Postone:

Polanyi foca quase exclusivamente sobre o mercado e afirma que o capitalismo plenamente desenvolvido é definido pelo fato de estar baseado em uma ficção: trabalho humano, terra e dinheiro são tratados como se fossem mercadorias, o que eles não são. Desta forma, ele insinua que a existência dos produtos do trabalho como mercadorias é, de algum modo, socialmente “natural”. (Postone, 2003, p. 149)

Embora Polanyi com razão observe que é só no capitalismo já desenvolvido, isto é, posterior à Revolução industrial, que se institui um mercado amplamente disseminado para estes três objetos, é igualmente verdade, como notou Marx, que o mesmo vale para os produtos do trabalho que passam a ser mercadorias. É difícil, neste caso, não dar razão a Marx: o desenvolvimento do capitalismo é caracterizado por uma contínua expansão do mercado, o qual não apenas se dissemina geograficamente, chegando a novos territórios, como também se dissemina “culturalmente”, de forma que novas esferas da vida social passam a ser mercantilizadas (caso, por exemplo, da própria indústria cultural, a indústria do entretenimento, que só surge no final do século XIX e se desenvolve ao longo do XX).

4. Polanyi revisitado por Fraser

Recentemente, após o início da crise econômica mundial em 2008, Fraser retomou a obra de Polanyi e escreveu sobre ela ao menos três artigos: “Marketization, social protection, emancipation: toward a neo-Polanyian conception of capitalist crisis” [“Mercantilização, proteção social, emancipação: para uma concepção neo-polanyiana de crise capitalista”], em 2011; “Can society be commodities all the way down? Polanyian reflections on capitalist crisis” [“A sociedade pode ser totalmente mercantilizada? Reflexões polanyianas sobre a crise do capitalismo”], em 2012; e, por fim, “A Triple movement? Parsing the politics of crisis after

Polanyi” [“Um movimento triplo? Analisando as políticas da crise após/de acordo com¹¹ Polanyi”], em 2013.

Os três textos desenvolvem um mesmo argumento, mas visto em cada um deles por um ângulo diferente. *Grosso modo*, pode-se resumi-lo assim: a atual crise é multidimensional, ela atinge diversas esferas da vida social e para compreendê-la, assim como para criticar a situação por ela gerada, é necessário uma teoria crítica que seja capaz de lidar com suas múltiplas dimensões (a); a obra de Polanyi oferece um bom ponto de partida para um tal projeto de teoria crítica por focar não apenas nas causas econômicas da crise, mas também nos efeitos da economia de livre-mercado sobre a natureza e a sociedade, como fica claro em sua abordagem das mercadorias fictícias (b); no entanto, a obra de Polanyi apresenta alguns problemas que precisam ser superados em sua atualização, a saber: um entendimento essencialista das mercadorias fictícias e uma desconsideração para com as formas de dominação subjacentes aos sistemas de proteção social, assim como aos processos que enraízam a economia na sociedade (c); o que faz, por fim, que uma teoria crítica da sociedade contemporânea e por conseguinte da atual crise capitalista deve retomar Polanyi, mas transformando o duplo movimento (o movimento pela liberação do mercado e o contramovimento por proteção social) que ele analisa em um triplo movimento (no qual se acrescenta a luta pela emancipação, pela não dominação) (d). Analisemos isto de forma mais minuciosa.

(a) Uma das características da atual crise capitalista mundial, segundo Fraser, é seu caráter multidimensional. Para a autora, é um equívoco dizer que se trata de uma crise apenas econômica. Na verdade, não só a economia se encontra em uma situação crítica, mas também a sociedade, a natureza, a política e a própria teoria crítica e os movimentos de contestação. Para começar, “o sistema financeiro global está cambaleante, com a produção e o emprego

¹¹ O vocábulo “*after*” pode ser traduzido tanto por “após”, “depois de”, quanto por “segundo”, “de acordo com”. Creio que a autora, neste caso, mantém a ambiguidade do termo, denotando assim ambas as acepções.

em queda livre e uma iminente perspectiva de uma recessão prolongada”, o que salienta o aspecto econômico da crise; porém, não se pode ignorar “o aquecimento global, o agravamento da poluição, a exaustão dos recursos e as novas formas de biomercantilização”, que frisam, por sua vez, o aspecto ecológico da crise; mas, ainda, uma análise da situação atual não pode deixar de perceber a dimensão social: “vizinhanças devastadas, famílias deslocadas, as comunidades assoladas pelas guerras e doenças que cruzam nosso planeta de favelas” (Cf. Fraser, 2011, p. 137-8), tampouco a política: a crise do estado territorial moderno, de seus sucessores regionais, sobretudo a União Europeia, da hegemonia estadunidense e das instituições de governança global; por fim, cabe ressaltar que há uma crise na própria teoria crítica e nos movimentos contestatórios. Na teoria crítica porque “a crítica da sociedade capitalista, crucial para as primeiras gerações, quase desapareceu da agenda da teoria crítica. A crítica centrada na crise capitalista, especialmente, foi declarada reducionista, determinista e ultrapassada. Hoje tais verdades estão em frangalhos” (Fraser, 2011, p. 137); ademais, a teoria crítica segue incapaz de pensar as múltiplas dimensões da atual crise, adotando um “separatismo crítico” que foca sempre apenas em uma única dimensão. Já os movimentos contestatórios por quatro elementos (analisados especificamente em Fraser (2013a)): falta de liderança, ausência de um movimento trabalhador forte e organizado, um problema de enquadramento das demandas em um mundo globalizado, cujos processos são cada vez mais transnacionais, e, por fim e sobretudo, pela falta de vínculo entre os diversos movimentos sociais que têm sido incapazes de elaborar uma alternativa comum capaz de unir as demandas protetivas e emancipatórias sem rechaçar a liberdade negativa oriunda da mercantilização.

(b) A obra de Polanyi, sobretudo *A Grande transformação*, aparece aos olhos da autora estadunidense como um ótimo ponto de partida para se chegar a uma teoria crítica capaz de compreender a crise em suas múltiplas dimensões e colaborar, assim, para a construção de uma alternativa à situação atual, capaz de unificar as demandas sociais em um mesmo projeto orientado

para a emancipação, para a não dominação. Isto porque Polanyi supera os déficits das abordagens economicistas que focam exclusivamente sobre a lógica sistêmica da economia capitalista. Para ele, aliás, as próprias raízes da crise não seriam intra-econômicas, tal como “a tendência de queda da taxa de lucro” (Fraser, 2012, p. 8), mas estariam antes no deslocamento do papel da economia na sociedade, em seu desenraizamento. Focando nas três mercadorias fictícias, ele seria capaz de lidar com as dimensões econômicas, sociais e ecológicas da crise, além de abrir brechas para as dimensões políticas e contestatórias, em vez de lidar apenas com o lado econômico. Além disso, sua análise complexa em relação aos mercados seria capaz de remover malefícios deles sem aniquilá-los (Cf. Fraser, 2011, p. 143)¹².

(c) Porém, a autora afirma que uma teoria crítica só terá sucesso em seu objetivo se for capaz de atualizar as indagações de Polanyi superando dois déficits inerentes a ela. Em primeiro lugar, Polanyi critica a mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro a partir de uma visão essencialista e ontológica baseada

¹² Fica claro, portanto, que Fraser retoma Polanyi em detrimento de uma retomada de Marx (apesar de, em uma entrevista recente à Revista Variations, ela ter afirmado que “este é o momento para um novo marxismo redefinido” [Fraser, 2013b]). Isto, contudo, parece-me um tanto problemático, por dois motivos: em primeiro lugar, apesar dos efeitos nocivos sobre todas as esferas da vida social, é evidente que a crise é, em primeiro lugar, econômica. Foi somente quando a taxa de lucro começou a cair, isto é, quando o crescimento econômico deixou de acontecer, que se teve uma percepção nítida da crise, embora todas as outras mazelas (sobretudo as sociais e ecológicas) elencadas por Fraser já estivessem presentes, até mesmo em sua escala atual. Em segundo lugar, o que é atraente no pensamento de Polanyi para Fraser acaba sendo justamente a ambiguidade subjacente ao conceito de enraizamento/desenraizamento. Ela interpreta Polanyi apenas como um crítico do livre-mercado, e não também como um crítico do capitalismo, o que ele nunca deixa de ser, embora confunda os dois, lidando com eles como se fossem a mesma coisa. Isto faz com que Fraser vislumbre na obra de Polanyi uma miragem: o ideal utópico e provavelmente irrealizável de um capitalismo regulado “bonzinho”, que não mercantilize tudo (frente ao capitalismo desregulado “malvado” que devasta as sociedades). Voltarei a este segundo ponto posteriormente, na última seção do texto.

na crença de que a terra e o trabalho não foram feitos, e o dinheiro é uma convenção, de modo que não poderiam ser negociados por meio do mecanismo oferta-procura-preço. Contudo, tal crítica oblitera o fato de que a não mercantilização da terra e do trabalho acarretava também formas de dominação, além de privilegiar a comunidade e excluir os forasteiros. Fraser não propõe um abandono da tese das mercadorias fictícias, mas sugere uma correção: a mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro não é criticada por que tais coisas não eram originalmente mercadorias, mas sim por que a mercantilização delas põe em risco a própria sustentabilidade: “a sustentabilidade do capitalismo, por um lado, e a da sociedade e da natureza, por outro” (Fraser, 2012, p. 8), a mercantilização fictícia seria assim uma “tentativa de mercantilizar as próprias condições de possibilidade do mercado” (Fraser, 2012, p. 8)¹³. Com isso, é preciso afastar-se também de certo tom comunitarista subjacente à obra polanyiana, que não percebe que o enraizamento da economia na sociedade era feito ao custo de formas de dominação hierárquicas.

(d) Com isso se chega ao cerne da argumentação de Fraser. É preciso, segundo ela, transformar o duplo movimento do qual fala Polanyi em um movimento triplo, não apenas um movimento em direção à liberação do mercado frente a um contramovimento que tenta subordiná-lo diante das exigências da sociedade, mas também um movimento que demande emancipação e que pode se vincular com o primeiro ou o segundo, dependendo do caso. Assim Fraser pretende romper uma escolha forçada entre mercado ou comunidade, em que um aparece como fonte única dos males e a outra é idealizada como unidade harmônica e livre de opressão. É sem dúvida correta a sua análise de que Polanyi flerta com uma concepção meio comunitarista, meio romântica das sociedades em que o mercado está enraizado. Embora ele deixe claro que não espera um retorno às formações sociais anteriores, a um

¹³ Fraser, contudo, não explica como poderia ser possível um capitalismo sem aquilo que justamente o caracteriza, a saber, a mercantilização do trabalho, o fato de a força de trabalho ser considerada uma mercadoria como as demais.

reenraizamento da economia, mas sim que sua teoria demanda uma transformação social que subordine a economia à democracia popular, Polanyi dá pouco espaço, provavelmente por questões históricas, aos problemas que surgem em tal subordinação, sobretudo às formas de opressão oriundas dos sistemas de proteção social, que serão justamente o foco principal das críticas emancipatórias. Destarte, Fraser argumenta que o triplo movimento “conceitualiza a crise capitalista como um conflito trilateral entre mercantilização, proteção social e emancipação” (Fraser, 2011, p.155), sendo que cada um destes lados é defendido por um ou mais grupos específicos:

mercantilização é defendida pelos neoliberais. A proteção social conta com apoio em várias formas, algumas atraentes, algumas repulsivas – desde sociais democratas orientados nacionalmente e sindicalistas até movimentos populistas anti-imigração, de movimentos neotradicionais religiosos até ativistas antiglobalização, de ambientalistas até povos indígenas. Emancipação incendeia as paixões de vários sucessores dos novos movimentos sociais, incluindo multiculturalistas, feministas internacionais, gays e lésbicas liberacionistas, democratas cosmopolitas, ativistas de direitos humanos e proponentes de justiça global. (Fraser, 2011, p. 155)

Segundo a autora, todas estas demandas são ambivalentes. A desregulação dos mercados, por exemplo, não apenas tem os efeitos nocivos constatados por Polanyi, ela também desintegra formas de proteção social que são elas próprias opressivas. Do mesmo modo, “ainda quando supera a dominação, a emancipação pode ajudar a dissolver a base ética solidária da proteção social, estimulando assim a mercantilização” (Fraser, 2011, p. 156). (Já a ambivalência da proteção social seria mais evidente, na medida em que as formas de proteção social criam ou reforçam hierarquias opressivas, ao mesmo tempo em que garantem a subsistência de parcelas da população).

Fraser conclui dizendo que é preciso mediar as demandas entre si, de forma que sejam preservados os ganhos de cada um destes três lados. Não se pode nem jogar fora a liberdade negativa conquistada pela mercantilização, nem a proteção social,

tampouco as expectativas emancipatórias. Na verdade, trata-se de criar umnexo entre elas que vá na direção da paridade participativa, isto é, que crie as condições para que cada indivíduo consiga participar como um par na sociedade.

5. Conclusão

As propostas de Fraser são, no mínimo, sensatas. A autora consegue retomar algumas virtudes da obra de Polanyi sem, creio, trazer com isto os principais problemas dela, a saber, uma visão idílica das sociedades tradicionais, não plenamente mercantis. No entanto, também a sua atualização me parece ser fonte de alguns problemas. Em primeiro lugar, Fraser não nota a ambiguidade da tese do enraizamento/desenraizamento e vê em Polanyi apenas um crítico dos mercados desregulamentados. A meu ver, esta não é a leitura mais interessante da crítica de Polanyi. O autor questiona a motivação subjacente à economia capitalista – a busca pelo lucro e o medo da fome – e realmente espera que uma sociedade melhor consiga também superar estes dois móveis. Para ele, a sociedade deveria ser uma rede solidária que almeja garantir a subsistência dos indivíduos, protegendo-os das intempéries da vida. Isto é bem mais do que torcer que o ideal de livre mercado não seja inteiramente realizado. Fraser retoma, assim, a tese das mercadorias fictícias como algo que precisa ser corrigido para que o próprio capitalismo não sucumba, não retire a base que garante a sua própria sustentabilidade; ao passo que Polanyi parece não crer que o capitalismo possa ser sustentável em nenhuma hipótese. Ademais, o principal problema de uma reatualização de Polanyi consiste de certa forma numa semelhança ilusória entre o capitalismo do século XIX e o do final do século XX e começo do XXI, a saber, a ideia de que ambos são caracterizados pelo livre-comércio. No entanto, como já salientado, no caso do segundo isto é muito mais retórico do que real. Uma teoria crítica adequada para lidar com o capitalismo em seu estágio atual precisa compreender como se dá a intervenção e o planejamento estatal em um âmbito econômico que, não obstante, segue orientado para a obtenção do lucro e não para a satisfação das necessidades e

desejos. Isto é, um mercado regulamentado capitalista, algo para o qual a teoria de Polanyi não tem ferramentas conceituais para analisar.

Em segundo lugar, a ideia de um triplo movimento é tão instigante quanto ingênua. Os movimentos não são apenas ambivalentes, eles são sobretudo conflitantes. Por mais que a mercantilização tenha um efeito benéfico, como já fora notado por Marx e Simmel, na medida em que desintegra as formas de relação pré-existentes e, por conseguinte, também as hierarquias opressivas presentes nelas, é preciso perceber que a mercantilização da sociedade já atingiu um tal nível que não resta muito a desintegrar senão as próprias hierarquias opressivas que a própria mercantilização instituiu no lugar das antigas. Pode-se dizer, assim, que a missão civilizatória do capitalismo já foi concluída. A questão é apenas como conciliar demandas protetivas com emancipatórias, instaurando um contramovimento que possa ser eficaz contra a destruição atualmente em curso, e não demandas que sejam mediadas também pelo aumento da mercantilização. O maior obstáculo para a emancipação, hoje, ao menos na maior parte do mundo, não são mais as redes opressivas de proteção social, mas o moinho satânico, cego, que decide arbitrariamente o destino dos indivíduos a seu bel-prazer.

Apesar de todos os problemas na retomada da obra de Polanyi, há certamente uma observação dele que se mantém muito pertinente hoje: o ideal de um mercado autorregulado, livre de controles externos, é uma utopia que, a longo prazo, tende a desintegrar completamente o tecido social. Embora tal ideal se encontre longe de estar efetivado, sem dúvida ele tem servido de mote para uma orientação cada vez maior dos próprios mecanismos reguladores para possibilitar a obtenção do lucro e o crescimento econômico. Não deixa de ser paradoxal que na crise de nossa época a verdadeira utopia consista justamente no desígnio de que tal utopia seja abandonada antes de se realizar inteiramente como pesadelo.

Referências

- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: os jogos das trocas*. Tradução de Telma Costa. São Paulo: M. Fontes, 1996.
- CANGIANI, Michele. A Teoria institucional de Karl Polanyi: a sociedade de mercado e sua economia “desenraizada”. In: POLANYI, Karl. *A Subsistência do homem e ensaios correlatos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- DÓRIA, Carlos A. Por uma releitura de Karl Polanyi. *Idéias* 1(2), 1994, p. 119-150.
- FRASER, Nancy. Marketization, social protection, emancipation: toward a neo-Polanyian conception of capitalist crisis. In: CALHOUN, Craig; DERLUGUIAN, Georgi. (Ed.). *Business as usual: the roots of the global financial meltdown*. New York: New York University Press, 2011.
- FRASER, Nancy. Can society be commodities all the way down? Polanyian reflections on capitalist crisis. FMSH-WP-2012-18, Paris, August 2012.
- FRASER, Nancy. A triple movement? Parsing the politics of crisis after Polanyi. *New Left Review*, n. 81, 2013a.
- FRASER, Nancy. Pour une imagination radicale. *Variations*, n. 18, 2013b.
- GODELIER, Maurice. Karl Polanyi et la “place changeante” de l’économie dans les sociétés. In: GODELIER, M. *L’idéel et le matériel*. Paris: Fayard, 1984.
- JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria*. Tradução de J. M. Justo. Lisboa: Antígona, 2006.
- HEGEL, G. W. F. *Lecciones sobre la filosofía de la historia universal*. Tradução de José Gaos. Madrid: Alianza, 1980.
- HOBBSBAWN, *Era dos extremos*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACHADO, Nuno M. C. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: Notas sobre o conceito de “(dis)embeddedness”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 90, 2010.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POSTONE, Moishe. *Time, labor and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SILVER, Beverly; ARRIGHI, Giovanni. Polanyi's “double movement”: the *Belle Époques* of British and U.S. hegemony compared. *Politics & Society*, v. 31, n. 2, June 2003, p. 325-355.

Artigo recebido em 5/05/2014, aprovado em 6/12/2014